



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM

Nº 20/2015 – GAG

Brasília/DF, 03 de fevereiro de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos do Art. 100º, Inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, encaminhar a seguinte Mensagem, por ocasião da Abertura da Sétima Legislatura da Câmara Legislativa:

Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Ao cumprimentar a presidente desta Casa, deputada Celina Leão, quero cumprimentar os demais vinte e três membros deste poder, que iniciam, na tarde de hoje, a sétima legislatura da Câmara Legislativa, Casa que tive a honra de ter integrado vinte anos atrás, em 1995, quando iniciei minha trajetória política como jovem deputado distrital. Aqui aprendi, ao longo de dois mandatos, a debater ideias e defender pontos de vista, como prega a democracia, democracia que sempre vivi e respeitei.

Neste plenário, venci muitos debates, como perdi tantos outros. Mas sempre defendi a legalidade, a justiça, o benefício dos mais necessitados, daqueles que mais dependem do poder público. A experiência que adquiri nesta Casa me fez perceber com mais clareza as demandas da sociedade e pavimentou minha caminhada política ao longo destes vinte anos em defesa do bem estar da população do Distrito Federal, caminho este que mais uma vez me faz aqui retornar

À Excelentíssima Senhora
Deputada CELINA LEÃO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Nesta





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO GOVERNADOR

pouco mais de um mês após ter sido empossado governador para saudá-los e conchamar a todos - não somente as senhoras deputadas e os senhores deputados, mas todos aqui presentes - a darmos as mãos e trabalharmos unidos para que o nosso Distrito Federal volte a ser a capital que orgulha, não só os brasilienses, mas a todos os brasileiros.

Em meu discurso de posse eu disse que sou da "Geração Brasília", que aqui cresceu sob os pilotis e conviveu com os candangos, que estudou em escolas classe da 206, da 107 e na Escola Parque, que viu Brasília crescer das armações de madeira, ferro e concreto até se tornar no que é hoje. Quis o destino que depois de 55 anos aqui vividos eu fosse o escolhido para governar o Distrito Federal.

E quantos problemas encontrei nestes primeiros trinta dias à frente da administração do GDF, problemas muito maiores do que imaginei, mas, tenho absoluta certeza, serão resolvidos às custas de muito trabalho, muita dedicação, e principalmente, muita união entre todos nós! Foi para isso que fomos eleitos: para tirar o Distrito Federal da situação em que se encontra, para voltarmos a ter esperança em um futuro melhor para nós e para nossos filhos, netos e gerações vindouras.

Por isso, propus o "Pacto por Brasília". Sim, senhoras deputadas e senhores deputados, porque é necessária a união de todos para sairmos de uma situação de absoluto caos financeiro em que nos encontramos, com pagamentos de 13º, férias, horas extras e outros benefícios de servidores atrasados. Recebemos o DF com greves e paralisações de servidores e terceirizados por falta de pagamento, com doentes sem médicos, sem remédios e passando fome nos hospitais, isso quando conseguiam ser atendidos. Todos nós vimos a preocupação de mães que precisavam ir trabalhar mas não tinham com quem deixar os filhos, pois as creches estavam fechadas por falta de pagamento; vimos a população sem ônibus para ir ou voltar do trabalho; as ruas sujas por falta de recolhimento do lixo; as empresas que prestaram serviços mas não receberam o que lhes era devido e tantos outros problemas que afligem diretamente a população. Para resolver

r



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR**

tudo isso, teríamos que começar firmando um pacto, um compromisso entre todos nós visando um futuro melhor para o DF.

A situação era e ainda é gravíssima, por isso tivemos que tomar medidas drásticas e urgentes, a exemplo do equacionamento do pagamento dos salários dos funcionários públicos. Sem dinheiro em caixa, foi preciso buscar soluções alternativas para evitar um desgaste ainda maior para os nossos servidores. Normalizar os pagamentos é um dos nossos mais importantes desafios e tenho certeza de que conseguiremos superá-lo, com a união e a compreensão de todos.

Nesse sentido, determinei a imediata redução e contenção de todas as despesas que não eram urgentes ou essenciais cortando, muitas vezes, na própria carne, para indicar o caminho da resolução dos problemas. Como exemplo dessas medidas posso citar:

1 - A redução imediata dos cargos comissionados em todas as secretarias e administrações regionais, buscando atingir a meta de redução de 60% no número de cargos de livre provimento, além do corte profundo de despesas como diárias, passagens e viagens de servidores; redução de gastos com combustível e devolução de carros e telefones para conter despesas. A situação era de inchaço e ineficiência. Apenas com os cortes dos cargos em comissão já foi possível economizar, em janeiro, R\$ 21,5 milhões;

2 - A proposta de redução das administrações regionais, de 31 para 25, que precisa ser aprovada por esta Casa para ser implementada. Além da redução do número de Administrações Regionais, determinei o corte de 1.310 cargos comissionados, para economizar R\$ 1,5 milhão por mês sem perder capacidade de atendimento à população;

3 - A extinção e fusão de secretarias, reduzindo de 39 para 24, bem como o recadastramento de servidores e a auditoria da folha de pagamento;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO GOVERNADOR

4 - A renegociação de pagamentos a fornecedores do Governo, sem que os mesmos deixem de prestar os serviços para que foram contratados. Temos uma enorme preocupação com os serviços essenciais: a coleta do lixo, a limpeza pública, transporte, saúde e educação. Os serviços não podem parar.

Senhoras e senhores deputados, além dessas iniciativas de contenção de despesas estão sendo estudadas outras medidas de melhoria de gestão e busca de alternativas de aumento de receitas para equalizar a situação que nos encontramos e assim, recuperar a nossa capacidade de investimentos o mais rápido possível.

Repito: a crise pela qual estamos passando é gravíssima mas não é impossível de ser solucionada. Com muito trabalho e respeito ao cidadão que paga seus impostos sairemos dessa situação brevemente.

O primeiro passo foi buscar alternativas de levantamento imediato de recursos. Nesse sentido, busquei a negociação direta com o Ministério da Fazenda para o adiantamento de parcelas do Fundo Constitucional.

Nessa mesma linha, iniciei as tratativas com o Tribunal de Justiça a fim de utilizar os depósitos judiciais em nome do GDF, para o pagamento mensal dos precatórios, o que já libera R\$ 22 milhões mensais do Orçamento Ordinário para as despesas correntes do Governo. Vários Estados do Brasil já fizeram essa operação.

Com o Conselho Nacional de Justiça, iniciaremos um mutirão de execução de fiscal, entre os dias 17 e 23 de março, para que os cidadãos possam quitar suas dívidas tributárias com o GDF.

Seguem em estudo outras formas de buscar recursos e aumentar o caixa a fim de fazer frente ao desafio de colocar as contas em dia. Além do problema de fluxo de caixa, há problemas de gestão e problemas estruturais, como a situação da Saúde, uma das mais preocupantes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO GOVERNADOR

A crise sem precedentes na saúde pública nos levou a decretar, no último dia 19 de janeiro, “situação de emergência”. A medida permite aos gestores da pasta adquirir medicamentos e insumos de forma imediata. Paralelamente, uma força-tarefa será formada com o intuito de revisar e auditar todos os contratos firmados nos últimos anos pela Secretaria de Saúde.

Este decreto tem validade de 180 dias e é mais uma medida tomada para contornar o colapso financeiro deixado pela gestão anterior. Quando assumimos encontramos unidades desabastecidas de remédios básicos, leitos de U.T.I. fechados e dívidas com servidores e fornecedores.

Também foi autorizado designar servidores para postos de atendimento emergencial, a requisitar profissionais de saúde dos Bombeiros, da Polícia Militar e da Polícia Civil para atendimento na rede hospitalar pública, e a contratar diretamente bens e serviços indispensáveis à manutenção dos serviços de saúde.

Iniciamos uma parceria com o Ministério da Saúde, um termo de cooperação para que possamos, em conjunto, rever e aperfeiçoar o sistema de gestão vigente. Esse acordo se dá nas áreas de gestão de recursos humanos, reconstrução do modelo assistencial, planejamento, orçamento e financiamento de equipamentos, assistência farmacêutica, vigilância em saúde, manutenção e infraestrutura nas unidades de saúde. Não queremos mais ver pacientes voltando para casa sem serem atendidos, sem remédios e muitas vezes sem médicos.

Estamos desde o dia 23 de janeiro fora do cadastro de inadimplentes do Governo Federal, o CADIM/CAUC. Conseguimos sanar todas as pendências e agora podemos retomar as negociações com instituições bancárias para pleitear empréstimos e receber repasses garantidos em Lei, além da liberação para assinar contratos de financiamento de projetos de desenvolvimento da administração tributária, de mobilidade urbana e de contrapartidas do PAC.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO GOVERNADOR

Empréstimos como os que firmamos na semana passada com o Banco do Brasil, nos valores de R\$ 500 milhões para obras estruturantes em todo Distrito Federal e R\$ 67 milhões para programas habitacionais. Esses empréstimos terão uma carência de 5 anos para o início do pagamento e mais 20 anos para serem quitados.

A fim de garantir a recuperação da autoestima das pessoas lançamos operações pontuais. Nesse sentido iniciamos, no dia 17 de janeiro, um mutirão para limpar terrenos e praças, coletar o lixo espalhado, fazer uma operação tapa-buracos emergencial, enfim, melhorar o local onde mora o cidadão.

E para garantir a transparência e o controle social, para que a população possa acompanhar as decisões e medidas tomadas pelo Governo, estamos instalando o Conselho de Transparência, composto exclusivamente por entidades da sociedade civil.

Precisamos, contudo, seguir construindo uma nova estrutura tributária e fiscal para equilibrarmos as contas de maneira sustentada. Na última terça-feira, apresentamos à sociedade um conjunto de 21 medidas para reduzir o déficit e aumentar a arrecadação do GDF. Algumas dessas medidas, como o corte nas despesas da administração direta, a fusão e extinção de secretarias e a renegociação de contratos já foram implementados e já estão dando resultados positivos nos cofres do GDF.

Senhoras deputadas, senhores deputados, na sexta-feira da semana passada divulgamos o Relatório de Gestão Fiscal, que mostrou que o Governo passado ultrapassou o limite prudencial de 46,55% de gastos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para pagamentos de salários, o que nos proíbe de nomear e contratar novos servidores até o dia 31 de maio, quando apresentaremos o próximo relatório, o qual, tenho absoluta convicção, será mais favorável.

Mas, além das medidas que já tomamos, que dependiam apenas da nossa iniciativa, algumas outras alterações necessitam da aprovação do Legislativo. Assim, estamos encaminhando a esta

~



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR**

Casa projetos que visam retomar o equilíbrio financeiro do Governo, e para que isto aconteça dependemos da compreensão e da aprovação dessas medidas por parte das senhoras e dos senhores deputados. Para isso estamos abertos ao diálogo, respeitando sempre a independência deste Poder.

Dentre as várias medidas a serem encaminhadas para apreciação desta Casa cito a proposta de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO); a correção das alíquotas do IPVA; o ajuste na cobrança da Taxa de Limpeza Urbana, para que estabelecimentos maiores paguem mais e, conseqüentemente, os menores paguem menos; a mudança na tabela de cobrança do ITBI, para que os imóveis de valor até R\$ 350.000,00 paguem menos imposto; e ajustes na tabela de cobrança do IPTU, defasada há mais de sete anos como todos nós sabemos. Um elemento importante, para que possamos avaliar bem o impacto das medidas é que, ao mesmo tempo em que atualizaremos a arrecadação, nos preocupamos em estimular a justiça social adequando para baixo as alíquotas para a população de baixa renda. Nesse sentido iremos reduzir as alíquotas do ICMS que hoje incidem sobre os remédios genéricos, sobre os alimentos da cesta básica e sobre o etanol.

Os ajustes econômicos ora propostos são fundamentais, mas ainda insuficientes para a superação da atual situação e precisaremos do apoio da comunidade e dos parlamentares para outras medidas capazes de garantir o pagamento dos salários – dos servidores e dos terceirizados, e também dos serviços básicos, aqueles que atingem diretamente a população, como o fornecimento de remédios e alimentação nos hospitais, os repasses para as creches e instituições, o serviço de limpeza e coleta do lixo e o transporte público. Precisamos, ainda, retomar aos investimentos em todo DF, imprescindíveis para melhorar a qualidade de vida da nossa gente. O Distrito Federal não pode e não vai parar!



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO GOVERNADOR

Senhoras deputadas, senhores deputados. Não é do interesse do Governo do Distrito Federal, nem dos servidores, nem dos fornecedores e muito menos da população, que continuemos nessa situação, por isso propus o “Pacto por Brasília” quando tomei posse no dia 1º de janeiro. Então, mais uma vez conclamo aos membros desta Casa de Leis, às entidades públicas e privadas a juntarem forças para voltarmos a crescer.

Juntos: Executivo, Câmara Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Associações Comerciais, Sindicatos de Trabalhadores – todos nós temos uma grande oportunidade de fazer de Brasília um exemplo de renascimento, um exemplo de que o trabalho supera qualquer crise.

A superação da crise é necessária para retomarmos a vocação de Brasília, de ser exemplo para o resto do Brasil. Nosso objetivo é o de, em pouco tempo, recuperar a capacidade de investimento e retomar o caminho de vanguarda e dinamismo que caracterizam nossa cidade. O Parque Tecnológico de Brasília, por exemplo, deve ser implementado para colocar o DF no mapa do desenvolvimento tecnológico nacional.

Do ponto de vista político, vamos implementar os Conselhos de Representantes Comunitários, que aumentam a participação popular, e iniciar o debate sobre a eleição direta dos administradores regionais.

Avançaremos, também, em práticas inovadoras na área social, como a implementação do Pacto Pela Vida, programa de diminuição da violência que já obteve resultados expressivos em Pernambuco e em Minas Gerais. Quero lembrar que os índices de violência, divulgados oficialmente ontem pela Secretaria de Segurança Pública e Paz Social, já começaram a cair no primeiro mês deste Governo: nos homicídios houve queda de 9,1%; no furto de veículos redução de 33,8%; nos roubos a residências queda de 31,1%. 590 policiais militares que estavam em funções administrativas agora estão nas ruas patrulhando.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR**

Deveremos ainda investir para retomar projetos que já fizeram de Brasília, no passado, uma referência para outras cidades e para o país, como o Programa de Paz no Trânsito, por exemplo. Precisamos recuperar nossa capacidade de investimento para garantir educação em tempo integral, saúde de qualidade com universalização de atendimento, eficiência administrativa e desenvolvimento sustentável.

O Governo do Distrito Federal está fazendo a sua parte, podem ter certeza. Para isso fomos eleitos e para isso estamos trabalhando com seriedade. Mas para fazer mais precisaremos da parceria desta Casa, parceria que eu tenho certeza, não irá faltar num momento tão difícil como este. Espero que cada um de nós possa dar a sua parte para que o objetivo maior, de levantar o Distrito Federal, possa se concretizar. Que cada um possa fazer o que estiver ao seu alcance. Acreditem, juntos podemos muito.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente,


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal